

CONSELHO DO CAMPUS UNIPAMPA SANTANA DO LIVRAMENTO
ATA 004/2017

1 Aos vinte e três dias do mês de maio do ano de dois mil e dezessete, às quinze
2 horas, na Sala doze do Campus de Santana do Livramento, reuniu-se o Conselho do
3 Campus, sob a presidência do Diretor Rafael Vitória Schmidt, para a primeira
4 Reunião Extraordinária. Estiveram presentes o Coordenador Acadêmico Alexandre
5 Vicentine Xavier, o Coordenador Administrativo Jeferson da Luz Ferron, os
6 coordenadores de cursos Kathiane Benedetti Corso, Flavio Augusto Lira
7 Nascimento, Tanise Bussmann e Hector Cury Soares, a coordenadora da pós-
8 graduação stricto sensu Carolina Freddo Fleck, a representante da Comissão de
9 Pesquisa Alessandra Troian, a representante da Comissão de Extensão Carmen Lia
10 Remedi Fros, os representantes docentes Ana Luísa de Souza Soares e Luiz Edgar
11 Araújo Lima, os representantes técnico-administrativos Álvaro Couto Monson e
12 Denis Jeferson Pereira Cobas, o representante discente Rafael Maia Costa Aguiar
13 Sant'Ana. Os conselheiros Gustavo Segabinazzi Saldanha e Debora Nayar Hoff
14 justificaram suas ausências. O conselheiro Rafael iniciou a reunião informando que a
15 professora Daniela Benetti participará dessa reunião como convidada para sanar
16 algumas dúvidas com relação ao ponto em pauta. A pauta do dia refere-se ao **Edital**
17 **de Afastamento docente integral para doutorado**, com vaga de vinte horas que foi
18 apresentado pelo conselheiro Denis, que preside o CLPP. O conselheiro informa
19 que após análise de atas, pautas e áudios de reuniões do CLPP e do Conselho de
20 Campus, e de conversas com os membros componentes do antigo CLPP, fica claro
21 que a vaga destinada ao pós-doutoramento, com prazo de doze meses, está sendo
22 ocupada pela servidora Patrícia Roncato, e no seu retorno essa vaga será destinada
23 novamente ao pós-doutoramento com prazo de doze meses. O conselheiro Denis
24 informa que o CLPP encaminhou para esta reunião a mesma proposta de edital com
25 ajustes em seu cronograma. A conselheira Ana Luísa referenciou o artigo trinta e
26 sete do estatuto da Unipampa inciso décimo primeiro e ao Regimento Geral, artigo
27 sessenta e nove, inciso décimo segundo que menciona as competências do
28 Conselho do Campus. Foram enviados previamente os documentos relativos a
29 Política de Desenvolvimento Pessoal, relatando que no ano de dois mil e quinze foi
30 acordado entre os Campi a distribuição das vagas dos professores substitutos
31 considerando para capacitação, ou seja afastamento para doutoramento, que dado o
32 número de mestres em cada Campi se contemplaria com dezessete por cento das
33 vagas para professor substituto, e para pós-doutoramento em função do número de
34 doutores seria destinado três por cento de vagas para cada Campi. A conselheira
35 consultou a página do Campus e informa que o Campus conta com um corpo
36 docente de cinquenta e seis professores efetivos atualmente, sendo vinte mestres.

37 Em dois mil e quinze o Campus tinha vinte e seis mestres. Com dezessete por cento
38 das vagas para professor substituto resultaria em um índice de 4,42 ,no ano de dois
39 mil e quinze, ou seja, quatro vagas. “Atualmente somos vinte mestres, se a política
40 estiver sendo implementada este ano, nós teríamos 3,04 como índice e
41 receberíamos então, três vagas”. Lembrando que, dos vinte professores mestres no
42 Campus, oito estão afastados, quatro estão com vagas destinadas ao Campus,
43 professor Alcívio e professora Camila com substitutos de vinte horas, professor
44 Céspedes com substituto de quarenta horas, Laura e Sílvia com substitutos de vinte
45 horas e a Patrícia com substituto de quarenta horas. Tivemos como bônus a vaga do
46 afastamento da professora Vanessa via Reitoria , pelo qual também sai a professora
47 Carina Cipolat com afastamento de vinte horas. Então, se hoje tivéssemos a
48 distribuição de vagas para atendimento de afastamento de mestres, nós teríamos
49 contemplado os desdobramentos das três para vinte horas cada uma, seis e ainda
50 mais duas em função da vaga da reitoria. A grande mudança que existe é com
51 relação ao número de professores doutores no Campus, em dois mil e quinze havia
52 vinte e três professores doutores o que nos concedia apenas uma vaga, pois o
53 percentual de três por cento é bastante baixo. Hoje o Campus conta com trinta e seis
54 doutores o índice é 1,08 e fica o questionamento sobre o uso ou não desta vaga
55 ociosa para o doutoramento. De acordo com o mencionado, o número de doutores
56 no Campus aumentou em setenta por cento, o que significa que há bastantes
57 doutores que devam ser contemplados. Já que o Regimento e o Estatuto
58 estabelecem que esse Conselho tem que fazer um acompanhamento que observem
59 com cuidado o fato da proposta mantida pela CLPP de não abrir o edital para
60 afastamento de pós-doutorado esse ano. Ouvindo os áudios das reuniões de
61 outubro e novembro, fica claro a fala do professor Hector, que nas discussões em
62 relação aos usos dessas vagas sempre chamou a atenção para a necessidade de
63 uma política de qualificação do Campus. Na reunião de novembro a professora
64 Kamilla reforça os argumentos da necessidade de se contemplar o número de
65 doutores que vem se ampliando no Campus, e faz uma ressalva com relação aos
66 cuidados com a titulação dos concursos, pois só podemos aprimorar nossa política
67 de qualificação com os afastamentos para pós-doutorado, uma vez que, o Campus
68 contemple também a questão dos editais virem com a titulação mínima de mestres.
69 Na última reunião ordinária, a professora Débora sugeriu que houvessem diretrizes
70 para regular a destinação dessas vagas para qualificação no Campus. A conselheira
71 também solicita que se faça um encaminhamento para deliberação do Conselho
72 acerca da necessidade de se fazer uma política de qualificação docente que seja
73 consonante com as diretrizes da própria instituição, e considerando inclusive a
74 especificidade que tem para as saídas para pós-doutorado, já que pode acontecer
75 em qualquer época. Fica a cargo do CLPP fazer uma proposição de política nesse
76 sentido, e espero também que haja uma ampla participação docente sobre essa
77 temática e que até novembro se possa ter um encaminhamento a esse respeito,

78 considerando que no primeiro semestre de dois mil e dezoito, o Campus receberá de
79 volta as quatro vagas que estão em uso em doutoramento. No que diz respeito ao
80 edital e a própria nota que saiu do CLPP do documento, o CLPP diz que tem um
81 entendimento comum entre a atual e a antiga gestão, entre a atual e o antigo CLPP,
82 que a vaga destinada no uso pela Patrícia no retorno é que deveria ser destinada ao
83 pós-doutorado. Como foi pedida a suspensão do edital na última reunião para
84 análise dos dados e acréscimo de informações, esperava-se que houvesse mais
85 sustentação nesse entendimento, pois entendimento por entendimento, cada um tem
86 o seu. A conselheira Ana Luísa é contrária ao edital de afastamento para doutorado,
87 mas sugere que seja aberto um edital de afastamento docente para pós-
88 doutoramento. De acordo com a conselheira parece que não há impedimento legal
89 que essa vaga ociosa seja destinada e esse edital em específico. Quanto à
90 documentação enviada pelo CLPP referente ao entendimento dos Conselheiros do
91 Campus da reunião de outubro de dois mil e dezesseis, ouvindo o áudio da reunião,
92 a conselheira Ana Luísa informa que a professora Daniela explica nos primeiros
93 minutos da gravação, os quesitos do edital e diz que foi entendimento do CLPP que
94 a vaga não poderia ficar ociosa, dizendo que “daí ano que vem se reedita de novo
95 para pós-doc”, e mais a frente no mesmo áudio a professora Daniela diz “ a idéia
96 não é dar vinte e quatro meses porque aí tu anula quem no ano que vem quer sair
97 para os pós-doutorados.” A conselheira Ana Luísa acredita que, por questão de
98 hábito, havia o entendimento de que a vaga estava sendo usada para o afastamento
99 para doutorado mas nenhum conselheiro questiona o ano de dois mil e dezessete e
100 corrige para que seja dois mil e dezoito. A discussão feita na reunião de outubro e
101 novembro era se haveria demanda por um doutorando para essa vaga de
102 afastamento de apenas um ano em função de que um ano para terminar a tese era
103 complicado. A conselheira Carolina endossa as palavras da conselheira Ana Luísa. A
104 professora Daniela, como convidada, esclarece que quando menciona nos áudios
105 sobre “ano que vem” essa vaga refere-se a mesma vaga para o segundo semestre
106 do ano de dois mil e dezessete. O conselheiro Denis informa que a dúvida era
107 quanto a destinação da vaga, toda a análise técnica foi feita na época da abertura do
108 edital. O conselheiro informa que o edital foi colocado em suspensão quanto ao
109 cronograma mas também quanto à reformulação do perfil. O conselheiro também
110 informa que em consulta com a pró-reitoria de gestão de pessoal, a mesma acenou
111 que não possui um regramento para a ocupação das vagas, sendo responsável
112 apenas pelo controle quantitativo com relação as vagas docentes. A conselheira
113 Carolina relata que a vaga disponível no Campus não está pré-definida nem para
114 pós-doutorado, quanto para doutorado, pois quando foram feitas as discussões no
115 Conselho anterior esta vaga ainda não estava disponível. A professora Daniela faz
116 um relato sobre as vinte e seis vagas de qualificação distribuídas para as dez
117 unidades pelo Conselho Universitário no ano de dois mil e doze. O campus
118 livramento recebeu três vagas em razão do número de mestres na época, uma vaga

119 já estava sendo utilizada pelo afastamento do professor Jamur e as outras duas
120 foram solicitadas em dois mil e treze pelos professores Tiago e Mauro, em dois mil e
121 catorze as três vagas estavam ocupadas. Foi feito um documento com levantamento
122 de dados por uma comissão de encargos para obter informação dos professores que
123 tinham a intenção de sair para um pós-doutoramento, este documento foi levado à
124 reitoria com o objetivo de pleitear mais duas vagas em razão do número de
125 professores mestres no Campus, concedendo então, uma vaga para doutorado. Em
126 dois mil e quinze houve uma reunião com o CLPP e a direção do Campus, e a
127 reitoria apresentou que cada lugar receberia uma vaga para pós-doutoramento. Com
128 base na reunião da equipe diretiva em março de dois mil e quinze, foi anunciado
129 para todos no Campus que a vaga estava liberada para afastar um doutor para pós-
130 doutoramento. O CLPP foi recomposto passando a trabalhar no edital do primeiro
131 semestre de dois mil e quinze, o professor Avelar se inscreveu e saiu para o
132 afastamento, retornando em agosto de dois mil e dezesseis onde se considerou a
133 possibilidade da reabertura de do edital no segundo semestre de dois mil e
134 dezesseis. Sendo o edital publicado, não houve e, este Conselho colocou a cláusula
135 de no edital de doutorado a prioridade era qualificar os mestres, como política
136 institucional, e não havendo procura pelo pós-doutoramento a vaga seria destinada
137 para uma possibilidade de afastamento para doutorado. A professora Daniela reforça
138 a palavra “destinada” pois, a vaga não foi convertida em pós-doutoramento, ela foi
139 destinada como uso para doutorado mas pelo período de doze meses. A partir do
140 retorno do professor Mauro, houve uma mudança nos desdobramentos das vagas
141 do professor que se transformou em duas de vinte horas, a do professor Céspedes
142 segue com uma vaga de quarenta horas, a da professora Camila desdobrou-se em
143 duas de vinte horas e a professora Patrícia que acabou sendo afastada para
144 doutorado usando-se a vaga para pós-doutorado. No retorno do professor Tiago, o
145 CLPP no segundo semestre de dois mil e dezesseis trabalhou com o edital de
146 doutorado com duas vagas de vinte horas e um edital de pós-doutorado que não
147 houve procura, embora o afastamento fosse para o período de dois mil e dezessete
148 o Conselho decidiu que a vaga seria destinada para o doutoramento. A professora
149 Daniela sugere que seja feita uma comissão especial para trabalhar com a política
150 de quantitativo de vagas com alguns conselheiros ou até mesmo auxiliar o CLPP. A
151 referida vaga discutida nessa reunião, não teve procura e por isso foi convertida em
152 doze meses para doutorado. Então, no entendimento do CLPP seria que, no retorno
153 de um doutor, a vaga seria destinada para a saída de doutoramento seguindo o
154 edital anterior. O conselheiro Hector informa que quando foi deliberado a vaga para
155 pós-doutoramento anteder a afastamento para doutoramento foi em virtude de o
156 edital para pós-doutoramento não ter tido procura. O conselheiro informou que hoje
157 existe demanda para a vaga de pós-doutoramento, podendo ser revisto por este
158 Conselho o edital em discussão. Também sugere que seja construída uma política
159 do Campus para os pedidos de afastamento docente. A conselheira Tanise sugere

160 que primeiro seja feita a votação da destinação da vaga de afastamento disponível.
161 A conselheira Ana Luísa reforça que deve ser construída uma política do Campus e
162 que esta vaga seja destinada para pós-doutoramento. O conselheiro Alexandre
163 questiona se caso o Conselho aprovar esta vaga para pós-doutoramento não seria
164 necessário que o Conselho reveja o período de afastamento concedido para a
165 professora Patrícia Roncato, que foi de somente um ano. O conselheiro sugere que
166 o Conselho reflita sobre essa possibilidade. O conselheiro Denis informa que não
167 entendeu o motivo da mudança de posicionamento deste Conselho com relação as
168 referidas vagas de afastamento. A conselheira Ana Luísa informa que se houve uma
169 mudança nas regras de afastamento, ela ocorreu na reunião de outubro quando o
170 Conselho deliberou pelo afastamento para doutoramento da vaga disponível para
171 pós-doutoramento. O que está sendo discutido é, se há ou não edital para pós-
172 doutoramento este ano, sem deixar de considerar o número de mestres para se
173 tornarem doutores. A conselheira afirma que há uma política institucional que
174 garante o direito de doutores saírem para pós-doutoramento, e não há impedimento
175 que a vaga do professor Tiago estando ociosa, substituto vinte horas, seja destinada
176 a essa finalidade. Enfatizando que primeiramente, deve-se estabelecer uma política
177 clara, amplamente discutida por todos para então colocá-la em votação. O
178 conselheiro Hector manifesta que com a aprovação deste edital para pós-
179 doutoramento o Campus manteria a proporção de quatro vagas de afastamento
180 docentes para doutoramento e uma para pós-doutoramento. O conselheiro opina
181 que deva ser mantido o fluxo contínuo nos editais de afastamento. O conselheiro
182 Denis entende que agora estaria sendo criada uma excepcionalidade, pois estava
183 definido pelo conselho do campus, conforme as reuniões anteriores, que a vaga para
184 pós-doutoramento, que está ocupada pelo afastamento da professora Patricia,
185 retornaria a essa finalidade quando encerrado o seu período de afastamento, sendo
186 essa a vaga para pós-doutoramento. O referido conselho, nas reuniões anteriores,
187 nunca expressou a possibilidade de utilizar uma vaga para afastamento de
188 doutorado em afastamento para pós-doutorado. O conselheiro Alexandre informa
189 que havia uma política para priorizar doutoramentos no Campus, defendendo que as
190 políticas de qualificação devam atender tanto os mestres como os doutores. Os
191 afastamentos para pós-doutoramento geralmente ocorrem em fluxo contínuo,
192 através de contatos com as instituições e alguns por processos seletivos, os
193 professores podem escolher os períodos que desejam realizar seus desligamentos,
194 países e etc. Pela experiência da Universidade Federal de Pelotas, do Mato Grosso
195 e de Santa Maria, os professores de programas stricto sensu anualmente fazem
196 viagens de estudo através dos projetos de pesquisa e se afastam não por licença de
197 mestrado ou doutorado, fazendo quatro ou cinco pós-doutorados sem a emissão de
198 editais e tampouco professores substitutos, se organizando em seus próprios
199 departamentos possibilitando esse troca de experiências. O conselheiro Alexandre
200 sugere que se reflita sobre essas políticas de possibilitar essa troca de experiência

201 com os professores dos cursos do Campus. Analisando as resoluções da Unipampa,
202 elas não condicionam os afastamentos para mestrado e doutorado com um
203 professor substituto. O conselheiro Rafael salientou a soberania do Conselho do
204 Campus, informando que se for necessário, o edital de doutoramento será
205 transformado em edital de pós-doutoramento. O conselheiro menciona que não há
206 uma política de afastamento para pós-doutoramento com professor substituto, que
207 as vagas disponíveis não são do Campus e podem ser retiradas a qualquer
208 momento. O conselheiro manifesta-se a favor da aprovação do edital de afastamento
209 para doutoramento. O conselheiro Hector por questão de ordem, afirma que os
210 comentário feito é uma especulação argumentativa pois não foram apresentados
211 dados, e toda vez que surge a discussão sobre interesse, o mesmo se sente
212 desconfortável. O conselheiro Rafael argumenta que se a palavra interesse de
213 alguma forma afeta os demais, ele acredita que, talvez não nesse reunião, mas, em
214 alguma momento se especula que o CLPP ou equipe diretiva tem algum interesse
215 em torno de um posicionamento. O conselheiro questiona se realmente é
216 interessante para a instituição, para a qualidade da educação ficar fazendo essas
217 discussões, e em algum momento questionar decisões anteriores que foram
218 tomadas por este próprio Conselho. O conselheiro Rafael propõe a este Conselho
219 que delibere com sua livre convicção do que é o melhor para a instituição. A
220 conselheira Tanise salienta que as decisões deste Conselho não precisam
221 necessariamente ser mantidas ao longo do tempo, e que isso não caracteriza
222 incoerência nas decisões. A conselheira argumenta que houve uma mudança na
223 estrutura do Campus exposta pela conselheira Ana Luísa, em termos da qualificação
224 do corpo docente, indicando que é possível que seja modificada a decisão de que
225 maneira a vaga seja ocupada. A conselheira sugere que todas as vagas de
226 afastamento sejam discutidas quanto a sua destinação. A conselheira relata que não
227 é compromisso da instituição fazer com que todos os servidores que estão em
228 processo de doutorado tenham suas vagas, eles podem esperar o momento para
229 isso. Com relação a divisão da carga horária para afastamento para pós-doutorado,
230 a conselheira enfatiza que adoraria que existisse uma política do Campus que
231 contemplasse todos os cursos, tendo em vista a sobrecarga dos docentes
232 vinculados a algum curso específico, como é o caso do curso de economia. A
233 conselheira Ana Luísa lamenta profundamente que este sendo o Conselho o único
234 espaço de discussão das políticas institucionais, os conselheiros se digam cansados
235 da forma como ela vai se alongando. A conselheira enfatiza que o Campus não tem
236 outros espaços para discutir os aspectos administrativos, e quando ela achar
237 pertinente fará suas colocações tendo em vista as próprias legislações e normativas
238 mantendo o princípio da isenção de julgamento nas questões da impessoalidade e
239 da isonomia do que transita nas reuniões. A conselheira também menciona que as
240 discussões se tornam repetitivas ou vazias no sentido da retórica de manter as
241 posições, chegando num estágio em que há uma tentativa de colocar este Conselho

242 como tomando decisões que desconsideram as decisões tomadas nos Conselhos
243 anteriores. Este Conselho tem autonomia, mas também se submete às regras
244 universitárias e à política institucional, não podendo basear-se em entendimentos. O
245 Conselho não está passando por cima de decisões anteriores e sim, fazendo
246 cumprir, a política institucional que está posta com um encaminhamento para que se
247 discuta o quão adequado é esta política e que autonomia existe no Campus para
248 rever as políticas de qualificação docente para o próximo ano. O conselheiro Rafael
249 Maia endossa o posicionamento da conselheira Ana Luísa, pois existem dados e
250 razões para que essa vaga seja destinada ao pós-doutoramento e concorda que no
251 Campus deveria haver uma política institucional para regulamentar os afastamentos.
252 O conselheiro Luiz Lima informa que também aprendeu muito com este Conselho, e
253 que as discussões não devem ser abreviadas. Informa também que, como parte do
254 Conselho anterior, em que foram tomadas as decisões, acredita que as mesmas
255 tenham sido pertinentes naquele momento. Que não vê problema algum em rever
256 decisões tomadas anteriormente, o que não pode ocorrer é infringir as normas da
257 instituição. O conselheiro Álvaro defende que as reuniões do Conselho deverão ter
258 início e fim pré-definidos. A conselheira Carolina entende que a vaga não tenha sido
259 discutida anteriormente, e que faltaram argumentos por parte do CLPP para que a
260 vaga seja mantida para afastamento para doutorado. A conselheira sugere que o
261 CLPP faça um estudo mais aprofundado para as vagas futuras. O conselheiro
262 Alexandre sugere que o estudo que será feito contemple inclusive a vaga em
263 discussão. Foram colocadas em votação nominal três propostas de
264 encaminhamento, sendo elas: a aprovação do edital de afastamento para
265 Doutorado, que obteve votos favoráveis dos conselheiros Denis, Jeferson,
266 Carmen Lia, Alexandre e Rafael; Edital de afastamento para Pós-doutoramento, que
267 obteve votos favoráveis dos conselheiros Hector, Luiz Lima, Ana Luísa, Alessandra
268 Troian, Kathiane e Tanise; e um estudo sobre a política de afastamento para definir
269 esta vaga em discussão, que obteve votos favoráveis dos conselheiros Flávio,
270 Álvaro, Rafael Maia e Carolina. Após votação nominal o edital foi aprovado para pós-
271 doutoramento com seis votos favoráveis contra cinco para doutoramento e quatro
272 para um estudo sobre a política de vagas contemplando a vaga em discussão. Nada
273 mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião e eu, Anna Claudia Sieverding
274 Fabiano, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada por
275 mim e pela presidência do Conselho.

Rafael Vitória Schmidt
Presidente do Conselho
Diretor do Campus

Anna Claudia Sieverding Fabiano
Secretária do Conselho